



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150560 - PA (2021/0225022-7)

**RELATOR** : MINISTRO FELIX FISCHER  
**RECORRENTE** : E DOS A N V (PRESO)  
**ADVOGADOS** : RAFAEL ROLLA SIQUEIRA - PA014468  
AMANDA VIEIRA MARTINS - PA020758  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por E. DOS A. N. V. contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (*Habeas Corpus* Criminal n. 0804978-88.2021.8.14.0000).

O recorrente foi preso preventivamente pela suposta prática dos crimes previstos nos artigos 213 e 217-A do Código Penal.

Sustenta flagrante constrangimento ilegal por não existir contemporaneidade entre os fatos e o decreto prisional e por ser a motivação genérica e com base apenas no núcleo da tipologia criminosa. Aduz ainda que é primário, de bons antecedentes e com residência fixa.

Requer, liminarmente, que seja expedido o alvará de soltura, a fim de que seja revogado o mandado de prisão preventiva e concedida a liberdade. No mérito, requer o provimento do recurso para total reforma do acórdão, procedendo-se à imediata revogação ou substituição da prisão preventiva por medidas cautelares diversas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Oportunamente, esclareço que a defesa deverá observar o procedimento das sessões por videoconferência, previsto em Resolução da Presidência desta Corte (<https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/154568>), e a notificação de que o dia da sessão será informado no site do Superior Tribunal de Justiça, com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente